

Cooperação militar e fronteiras na Amazônia: o caso do Brasil e da Colômbia

Military cooperation and borders in the Amazon: the Brazil – Colombia case

Rev. Bras. Est. Def. v. 10, n. 2, jul./dez. 2023, p. 39–61

DOI: 10.26792/RBED.v10n2.2023.75325

ISSN 2358-3932

OSCAR MEDEIROS FILHO

INTRODUÇÃO

As fronteiras entre Estados Nacionais são por natureza sensíveis, origem dos principais desafios de defesa e segurança. No caso da Amazônia, por sua dimensão e complexidade, as fronteiras adquirem significados peculiares.

Nas últimas décadas, o aumento das pressões internacionais sobre a Amazônia e a proliferação de ilícitos transnacionais na região têm ampliado a sua relevância estratégica, colocando a região no centro dos debates de Segurança Internacional.

Assim, a Amazônica tem figurado como *locus* relevante de segurança internacional, concentrando duas dimensões coexistentes: a geopolítica e a securitária. A primeira diz respeito à disputa de poder que naturalmente envolve a relação entre Estados soberanos. No caso da Amazônia, essas questões são potencializadas, em virtude especialmente de sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, o que tende a gerar entre os países da região, percepções de cobiça e ameaças à gestão soberana de seus territórios.

A segunda dimensão se refere às ameaças securitárias e estão relacionadas às dificuldades dos próprios Estados de aplicar de forma efetiva o monopólio da violência legítima, abrindo espaço para a proliferação de ilícitos de toda ordem em um contexto de círculo vicioso em que a miséria, a de-

Oscar Medeiros Filho é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e possui estágio pós-doutoral em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Foi analista e coordenador de pesquisa do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) entre 2017 e 2023. É professor de Segurança Internacional do Uniceub. orcid.org/0000-0002-2530-7477. E-mail: oscar.filho@ceub.edu.br.

vastação e a violência se retroalimentam. Trata-se de um risco de “anomia territorial”, que se tona mais grave com a ampliação do crime organizado na região. Tais vulnerabilidades têm, notadamente, origem na carência de presença do Estado e/ou na degradação funcional (prover serviços básicos à população) e territorial de sua função pública (exercer o império da lei), conjugadas à criminalidade transnacional presente no espaço interfronteiriço da região.

A coexistência dessas dimensões de segurança geram percepções que variam entre a cooperação e a dissuasão militar. Para entender o complexo quadro que envolve a cooperação militar nas fronteiras da Amazônia, faz-se necessário, em primeiro lugar, compreender a natureza das ameaças naquela região e os desafios relacionados ao enfrentamento das vulnerabilidades estatais e das debilidades institucionais naqueles espaços fronteiriços.

Esse é o objetivo principal do presente artigo.

FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA: DESAFIOS MILITARES

Historicamente, os espaços fronteiriços na Amazônica têm constituído sério desafio militar para os países da região, exigindo a adoção de políticas territoriais excepcionais. No caso específico da fronteira entre o Brasil e a Colômbia, há um conjunto de características geográficas que justificam tais políticas, relacionados especialmente a fatores naturais (clima e vegetação), que tornam a região um ambiente de difícil acesso aos transportes terrestres e dependente quase que exclusivamente das vias fluviais e aéreas; conjugados a baixos índices de densidade demográfica. Outra peculiaridade geográfica dessa área diz respeito a uma consequência advinda dos traçados geodésicos adotados: inúmeros rios que banham a região cortam de forma perpendicular à linha de fronteira entre os dois países, conforme Figura 1.



Figura 1 — Fronteira Brasil-Colômbia.
Fonte: Radseck (2017, 68).

Somem-se a essas características geográficas, o déficit estatal, ou seja, a pouca (ou quase ausência) da presença de órgãos de governo comumente encontrados em áreas de fronteiras, como polícia de fronteira, aduana, vigilância sanitária etc) conjugado a fluxos de ilícitos transfronteiriços que transbordam entre os países vizinhos. Dentre esses fluxos, destaca-se o transporte de cocaína pelos rios da região advindos dos dois maiores centros produtores do mundo (Colômbia e Peru) em busca do comércio internacional via Oceano Atlântico.

A natureza das ameaças na fronteira

Para entender os desafios militares presentes naquela região, faz-se necessário, em primeiro lugar compreender a natureza das ameaças ali presentes. Para quem se propõe a estudar esse caso, o primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito à falta de aderência dos arcabouços teórico-conceituais clássicos à realidade da fronteira naquela região. Se numa perspectiva *westfaliana* o emprego das forças armadas está relacionado, de forma precípua, a questões geopolíticas, onde a ameaça em potencial tende a ser de natureza estatal, externa e militar e, portanto, de soberania externa, no caso em estudo envolve países em que, diante de vulnerabilidades relacio-

nadas à baixa densidade estatal, o que gera sérios desafios ao exercício de sua soberania doméstica e consequente dificuldade de controle territorial.

Nesse contexto, as ameaças mais urgentes na divisão entre o Brasil e a Colômbia não se referem a questões de fronteira (questões geopolíticas clássicas), até porque não há ali nenhum litígio fronteiriço, mas a problemas na fronteira (questões securitárias de natureza criminosa). Assim, as preocupações de defesa e segurança derivam menos de ameaças militares *stricto sensu* e mais problemas advindos da própria fragilidade do império da lei e ao alto grau de violência social presente na região.

Considerando as peculiaridades da fronteira entre o Brasil e a Colômbia e suas implicações para a segurança nacional, faz-se necessário ressaltar que ali coexistem duas noções de fronteira: *border* e *frontier* (Medeiros Filho 2020).

A primeira, e mais recorrente, refere-se à noção de limite, de divisa (*border*). Corresponde a uma faixa de contato — logo de tensão, entre territórios contíguos, possuindo um caráter notadamente político-jurídico. No nível dos Estados Nacionais, essa noção corresponde ao ponto de separação/contato entre territórios sobre os quais esses Estados exercem suas soberanias, e se expressa por meio de linhas, sejam elas naturais ou artificiais. O muro que estabelece a divisa entre os EUA e o México, por exemplo, constitui a dimensão material visível desse limite. A fronteira *border* estabelece, portanto, a linha pela qual fica definido a atuação soberana de um determinado Estado, possuindo, naturalmente, forte conotação militar.

A segunda concepção de fronteira (*frontier*) se refere à noção de periferia, a regiões distantes, pouco exploradas. Do ponto de vista político, corresponde a porções do território nacional com escassa presença do Estado, pouco desenvolvidas, e ainda não totalmente vivificadas nem controladas pelo poder central. Nesse caso, a principal preocupação militar diz respeito à garantia, nesses territórios remotos, do exercício soberano do Estado e, conseqüentemente, do monopólio legítimo da violência.

A distinção entre as noções *border* (“fronteira divisa”) e *frontier* (“fronteira periferia”) é importante na medida em que delas se originam preocupações militares diversas. Enquanto a primeira sugere ameaças do tipo clássica (questões geopolíticas), a segunda se refere a ameaças insurgentes, cujas raízes geralmente se deitam sobre as próprias vulnerabilidades do Estado (questões securitárias).

Na fronteira entre Brasil e Colômbia coexistem as duas noções aqui apresentadas. Para esses países, além do significado de fronteiras que dividem Estados nacionais independentes (*border*), esses espaços constituem periferias territoriais (*frontier*), carentes de controle territorial e, portanto, de soberania efetiva.

Déficit estatal e vulnerabilidades territoriais

A perspectiva teórica proposta Mohamed Ayoob (1995), segundo a qual, para além das questões de defesa *stricto sensu*, os países em desenvolvimento incluem na sua agenda de segurança um conjunto de desafios relacionados ao processo de formação desses próprios Estados (*states building*) parece adequada para o caso estudado. Segundo Ayoob (1995, 9), diferentemente do modelo clássico de segurança internacional, as questões de segurança/insegurança em países em desenvolvimento são definidas em relação às vulnerabilidades que ameaçam ou têm o potencial de ameaçar as próprias estruturas do Estado. Dessa forma, a principal preocupação das elites dirigentes diz respeito a questões ligadas a estruturas do Estado e ao regime de governo, envolvendo desafios relacionados à legitimidade de instituições e regimes e à carência de coesão social (Ayoob 1995, 28).

Deve-se ressaltar, entretanto, que, nos países aqui considerados (Brasil e Colômbia), o problema está relacionado muito mais à carência de presença estatal (*stateness*), e menos a questões relacionadas à legitimidade de regime ou a coesão social, como proposto de forma geral pelo autor. De qualquer forma, trata-se de desafios históricos relacionados a fragilidades estatais e ao próprio processo de “*national state building*”.

Diante de tais desafios, os exércitos nacionais desses países se veem, desde suas origens, imbuídos da missão “republicana” de contribuir para o desenvolvimento nacional, o que envolve a consolidação da soberania interna e a integridade territorial do Estado. Trata-se de um elemento ideacional orgânico à sua cultura institucional, compartilhado pelos militares de ambos os países, e que tem por base o sentimento de incompletude do Estado Nacional — ainda em processo de consolidação, especialmente em áreas periféricas (*frontier*). Tais aspectos têm impactado fortemente a cultura estratégica dos países da região, impactando diretamente na percepção mútua sobre cooperação fronteiriça, como veremos nas seções seguintes.

A vulnerabilidade dos espaços fronteiriços na Amazônia tem, notadamente, origem na carência de presença do Estado e/ou na degradação funcional e territorial de sua função pública (prover serviços básicos à população e exercer o império da lei), conjugado à criminalidade transnacional muito comum naquele lugar.

Estudando essa região, Roseiro (2015, 40) chama a atenção para o risco de surgimento de “áreas marrons”,¹ definindo-as como espaços em que atores não-estatais, vinculadas a práticas e redes ilegais locais e internacionais, acumulam tantos recursos e influências que se sobrepõem às frágeis instituições do Estado. Segundo ele, essas áreas acabam se configurando

como “territorialidades armadas”, entendidas como espaços nos quais o poder institucional não é soberano e onde setores sociais manifestam abertamente o desejo de não se submeter à ordem estatal, resistindo ao seu controle, deixando latente a possibilidade de enfrentá-lo com armas (Rosero 2015, 44). Reconhecer a presença de “áreas marrons” em território nacional significa admitir o fato de que o Estado nem sempre dispõe das condições logísticas, de recursos ou de competência suficiente para exercer o monopólio do uso legítimo da violência (Rueda 2017, 48); e que, em casos mais graves, a ausência de Estado, têm proporcionado condições para a aparição e consolidação de poderes paralelos, que baseados no uso da violência acabam por estabelecer suas próprias ordens sociais e econômicas (Rosero e Luquetta 2014, 34).

Sob tais condições, questiona-se o conceito geopolítico de território exclusivo, segundo o qual o Estado Nacional exerceria soberania plena e evidencia-se uma tensão de fundo marcada pelo desafio do Estado de manter seus preceitos de soberania e de monopólio legítimo da violência; diante de dinâmicas de fragmentação territorial em que atores diversos — em muitos casos apoiados por recursos de atividades ilícitas, estabelecem formas paralelas de poder e controle territorial (Rueda 2017, 50–1).

Do ponto de vista da perspectiva militar, a possibilidade de surgimento de poderes paralelos, configurando “territorialidades armadas”, constitui uma das maiores ameaças à soberania estatal. Vale destacar que a ideia de soberania aqui deve ser menos relacionada ao seu sentido westfaliano — relacionado à capacidade de autonomia do Estado para tomar decisões sem ingerência de terceiros —, e mais à ideia de soberania doméstica, que se refere ao exercício da autoridade do Estado dentro de seu próprio território, incluindo o controle efetivo das fronteiras (Krasner 1999).²

O corolário resultante dessa equação parece desafiar a lógica realista do “Dilema de Segurança” proposta por John Herz, sugerindo sua inversão: aqui a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (Villa and Medeiros Filho 2007, 8). Ou seja, nesse caso, as ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas pelos Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E PRESENÇA MILITAR NA FRONTEIRA

Na presente seção discutiremos as estratégias de controle territorial historicamente adotadas por esses países para aquela região, buscando compreender de que maneira as noções discutidas na seção anterior têm impactado o emprego das forças armadas em regiões de fronteira.

Políticas territoriais e fronteiras: breve histórico nos dois países

Historicamente, é possível observar diferenças entre o Brasil e a Colômbia no que diz respeito à gestão territorial das áreas fronteiriças na Amazônia.

O Brasil herdou de Portugal *modus operandi* de administração colonial que, diferentemente do modelo espanhol, mostrava-se cioso ao controle territorial. Os diversos fortes instalados a montante das grandes bacias hidrográficas entre os séculos XVII e XIX, nas extremidades do território nacional, seriam exemplos desse modelo (Meira Mattos 2011b).

Já no Império, em meados do século XIX, o Brasil passou a adotar a concepção de colônias militares,³ o que representava uma evolução do antigo conceito de vigilância e proteção militar, na medida em que, constituindo-se um ponto de apoio social à população adjacente, os quartéis passavam a contribuir com o processo de vivificação da faixa de fronteira, facilitando seu povoamento.

Segundo Meira Mattos (2011, 112–3), com essa estratégia territorial, o império buscava “ocupar a sua fronteira mais longínqua mesclando a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra”. Naquele contexto, a preocupação com ameaças era notadamente de natureza geopolíticas. Tratava-se de manter o domínio territorial em áreas remotas, livrando-o de qualquer risco de expropriação advinda de interesses externos.

Diferentemente do *modus operandi* português, que buscava marcar de forma contundente seus limites territoriais, “as possessões coloniais da Espanha na América do Sul nunca tiveram fronteiras fixas e definidas” (Costa 1942, 6). Esse quadro de relativo “abandono” decorre, em boa medida, de políticas territoriais praticadas pela coroa espanhola no período colonial, baseada na dicotomia centro-periferia, com repercussões até os dias atuais (Moreno 2017, 74).

Como consequência dessas indefinições fronteiriças entre os países de origem hispânica na América do Sul, pode-se constatar os inúmeros casos de litígios e conflitos armados, especialmente no período pós-independência. Estudando especificamente o conflito de Letícia,⁴ Costa (1942, 6) observa que esses países, “quando se transformaram em Estados independentes, no alvorecer do século XIX, encontraram-se diante de uma porta aberta às manifestações expansionistas que grandemente as animavam”.

Assim, diferentemente do ocorrido no Brasil, a Colômbia tem convivido com processos de fragmentação territorial, especialmente em virtude de décadas de conflito internos envolvendo grupos ilegalmente armados. Segundo Moreno (2017, 16–7), uma característica territorial da segunda

metade do século XX na Colômbia foi o surgimento de atores armados ilegais, gerando um processo de fragmentação e de controle territorial por parte de atores a margem da lei.

Natureza das ameaças e desafios militares na fronteira

Dentre as principais preocupações militares naquela região, destaca-se a proliferação de crime organizado e de grupos armados ilegais, com o risco de fragmentação territorial, realidade historicamente muito mais presente entre os colombianos.

De fato, a partir dos anos 1980, os conflitos internos na Colômbia ganharam caráter nacional. O crescimento da violência advinda de diferentes grupos armados (guerrilhas, autodefesa, narcotraficantes etc), conjugado com a fragilidade estatal e alto grau de corrupção social, levaram à renúncia tácita do exercício do monopólio das armas pelo Estado colombiano em partes do território nacional (Moreno 2017, 98–9).

Independentemente da origem, das motivações e da trajetória desses grupos armados (insurgentes ou criminais), o maior risco para o Estado é o de que eles acabem por exercer um papel político, regulando a ordem social de comunidades periféricas e marginalizadas (Ramirez e Duncan 2014, 164). Como discutido na seção anterior, na prática, a capacidade política desses grupos está baseada em sua imposição como autoridade de fato em territórios a margem do Estado (idem, 189). Sob tal contexto, as noções de soberania e “integridade territorial” passam a ser resignificados na medida em que, diferentemente da perspectiva geopolítica clássica interestatal, nesses casos os contendores não querem se “apropriar” desses territórios, mas sim, manter o controle socioeconômico dessas áreas.

O quadro colombiano nesses espaços fronteiriços é notadamente de fragmentação. Não obstante algumas iniciativas no sentido de integrar dinâmicas políticas, jurídicas, econômicas e sociais a centros urbanos, a percepção que persiste é a de que vastas zonas periféricas ainda se encontram excluídas e marginadas de serviços básicos, possibilitando a aparição e consolidação de poderes paralelos (Rosero 2015, 44).

Entre os militares brasileiros, a preocupação com esse tipo de ameaça em áreas de fronteira é mais recente. Um ponto dos pontos de inflexão na mudança de percepção militar sobre a natureza das ameaças na região foi o ataque ao Destacamento do Exército Brasileiro situado no rio Traíra,⁵ ocorrido em 1991, supostamente realizado por guerrilheiros colombianos.

Como veremos mais adiante, a natureza das ameaças, somadas as vulnerabilidades estatais e suas debilidades institucionais, naquela região sugere a relevância que a ideia de controle territorial representa para militares de

ambos os países. Trata-se de um elemento da cultura estratégica desses países, estabelecido ao longo do processo de construção da soberania interna de seus Estados Nacionais.

A seguir, discutiremos o lugar da Amazônia nas políticas de defesa de ambos os países, buscando identificar as estratégias adotadas no enfrentamento das ameaças à soberania territorial desses Estados, com foco nas áreas fronteiriças.

Política de Defesa e estratégia militar brasileira para a região

Apesar da preocupação histórica com a defesa da Amazônia, somente a partir das duas últimas décadas do século XX essa região passou a ser prioridade para os militares brasileiros. Até então, as atenções eram voltadas para o arco sul da fronteira brasileira, numa dimensão genuinamente geopolítica, onde, naquele contexto, a Argentina figurava como ameaça em potencial.

Os motivos pelos quais a região passou a ser uma prioridade estratégica advinham de duas questões principais — cada uma relacionada a uma noção de fronteira (*border*, *frontier*), descritas na seção anterior. No que se refere à noção *border*, as preocupações se relacionavam ao aumento da pressão internacional sobre os países amazônicos — revestido de uma narrativa ecológica (ambiental), mas percebida pelos militares como uma forma de cobiça sobre os recursos naturais daquela região. Em relação à noção de *frontier*, a preocupação advinha da presença de grupos armados junto à fronteira com a Colômbia e o risco de transbordamento para o Brasil. Essa percepção ficou mais evidente com o acontecimento de Traíra, anteriormente, e a partir de sinais de aproximação de grupos guerrilheiros com narcotraficantes.

Nesse contexto, a primeira estratégia de vulto foi o Projeto Calha Norte (PCN), lançado em 1985, que, dividido em uma vertente civil e outra militar, visava a incrementar relações bilaterais, intensificar a presença militar, melhorar as definições de marcos limítrofes e as infraestruturas viária e energética, além de ofertar mais recursos sociais básicos na área (Diniz 1994, 5). Tal iniciativa levou a um aumento da presença militar na Amazônia. A transferência de unidades militares do centro-sul do País para a região testemunha essa mudança estratégica. Ao longo dos anos 1990, forma instaladas, próximo à fronteira com a Colômbia, duas novas brigadas: a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Tefé (AM), foi criada em 1993, oriunda da extinta 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Santo Ângelo (RS); e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, de São Gabriel da Cachoeira (AM), foi criada em 1998, oriunda da extinta 2ª Brigada de

Infantaria Motorizada, de Niterói (RJ). Além disso, forma instalados novos pelotões especiais ao longo da faixa de fronteira com a Colômbia.

A importância dessa região passou a ser explicitada na Política Nacional de Defesa da seguinte forma:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. [...] Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais. (Brasil 2005, 4; grifos nossos).

Interessante observar que na transcrição acima estão presentes as duas noções de fronteira: *border* e *frontier*. Diante desse quadro, a Estratégia Nacional de Defesa (END) sugere o emprego da estratégia da presença por meio do “aumento da participação de órgãos governamentais, militares e civis, no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a estratégia da presença” (Brasil 2008, 49). No caso específico da Amazônia, “a estratégia da presença subtende, além do fazer-se presente (mobilidade), o estar presente (vivificação), com o envolvimento de órgãos governamentais, tanto civis como militares.” (Brasil 2015, 4).

O Manual de Campanha (Estratégia) do Exército define a “estratégia de presença” como “a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional” (Brasil 2004, 3–8). A expressão “desenvolvimento nacional” constante do documento do Exército deixa revelar, mais uma vez, um elemento ideacional orgânico à sua cultura institucional e que se expressa por meio de uma espécie de “missão republicana” advinda dos processos de *national state building*.

O próprio Estado-Maior do Exército reconhece a estratégia de presença como uma espécie de “tarefa geopolítica”, sugerindo:

Em relação ao território nacional, prosseguir com a Estratégia da Presença, por tratar-se de vetor fundamental de apoio ao Estado Brasileiro na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Temos consciência de que o Exército, além de ser com frequência a única presença do Estado em áreas remotas, é uma importante ferramenta de suporte aos demais setores da sociedade. Ademais, a Presença nos proporciona a identificação com as populações locais, influenciando sobre a vontade nacional e ajudando a formar o sentimento nacional de relevância do Estado brasileiro [...]” (Brasil 2010, 26).

Política de Defesa e estratégia militar colombiana para a região

Para os militares colombianos a relevância da Amazônia se dá muito mais pela dimensão securitária que por sua dimensão geopolítica. Isso se deve principalmente ao envolvimento, há décadas, do exército colombiano no combate a grupos insurgentes, o que tem exigido quase que a totalidade de seus esforços na luta pela reconquista da soberania territorial. Tal envolvimento acabou gerando uma peculiaridade em sua orientação estratégica quando comparada às demais políticas de defesa da região: o fato da estratégia ser *ofensiva* em relação às suas ameaças internas. A recuperação do controle do Estado sobre grande parte do território nacional tem sido o foco principal das políticas de defesa implantadas nos últimos anos na Colômbia. No documento “*Política de Defensa y Seguridad/2015 -2018*” (Colômbia 2015), as ameaças são tratadas de forma ampla, envolvendo temas de segurança pública, segurança cidadã e defesa nacional. A resposta institucional da Colômbia a esse quadro tem sido a busca pelo fortalecimento da chamada Força Pública, que envolve Forças Armadas e Polícia Nacional.

Chama a atenção também no documento, o amplo espectro de “prioridades” para o setor de Defesa elencados nessa política: (1) o término do conflito interno e a construção da paz, (2) a garantia da segurança cidadã, (3) a modernização da sociedade rural, (4) o combate ao crime organizado, (5) a garantia da soberania integridade do território nacional, (6) a transformação e modernização do setor de Defesa, (7) apoio à projeção da projeção da política externa, (8) mitigação dos efeitos da mudança climática, atenção aos desastres naturais e proteção ambiental, e (9) apoio ao desenvolvimento nacional (Colômbia 2015, 15).

A consequência de uma política de defesa com tantas prioridades é a formação de um exército com missões variadas. Nesse sentido, cabe dizer que, nos últimos anos o Exército Nacional Colombiano tem desenvolvido o Plano de Transformação Exército do Futuro (Petef) que tem como objetivo a sua transformação em uma Força Multimissão, capaz de cumprir propósitos variados, apoio ao desenvolvimento nacional, às missões de paz, o combate a ameaças - tradicionais e emergentes, além de estar em condições atuar em ambiente de interagências (Colômbia 2017b). A partir de 2017, passou a adotar uma nova doutrina militar, denominada *Damasco*. De forma resumida, ela busca superar um modelo de força baseado em contra-guerrilha para uma doutrina que responda aos desafios do futuro. Em 31 de maio de 2018, a Colômbia oficializou suas relações com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na forma de “parceira global” O

evento insere-se em um gradual processo de aproximação entre Colômbia e OTAN e gera preocupação geopolítica para o Brasil na medida em que abre espaço para um receio antigo: a possibilidade de presença de potências extrarregionais no entorno estratégico amazônico.

A estratégia da presença e do controle territorial como elemento de cultura estratégica

Apesar da busca de ambos os exércitos em manterem uma doutrina voltada à guerra convencional, o fato é que tanto a estratégia brasileira da presença quanto a colombiana de (re)conquista territorial possuem relação direta com os desafios oriundos de vulnerabilidades internas. O emprego dos militares em atividades ligadas a questões de desenvolvimento e de segurança revela o quanto à noção *national state building* impacta nas políticas de defesa desses países. Nesse contexto, os exércitos não são vistos apenas como instrumento do Estado em áreas remotas, mas como o próprio Estado, responsável, muitas vezes de forma permanente, pela condução de políticas públicas de desenvolvimento regional (saúde, educação, obras de engenharia etc) e, em muitos casos, pela segurança pública.

O desafio não consiste apenas em se fazer presente, mas, para além disso, em se constituir elemento de consolidação de um Estado Nacional ainda em formação. Nesse sentido, as palavras do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Militares da Colômbia, General Juan Carlos Salazer, publicada no prólogo do livro *“El Control Territorial en el siglo XXI: Fundamentos Teóricos”*, publicado pelo Exército Colombiano em 2017, ilustram bem esse desafio:

[...] el Estado colombiano es una instancia histórica en proceso de consolidación, al igual que el territorio colombiano, pues dada sus características, aún no es contenido en su totalidad por la presencia benefactora de las instituciones estatales. Gran desafío para los primeros decenios del siglo XXI, donde por tal motivo, el papel de las Fuerzas Militares se reviste de considerable importancia, toda vez que su presencia y actuación son un elemento “sine qua non” tanto de Control Territorial, como de presencia institucional (Moreno 2017, 13).

Também nesse sentido, merecer destaque as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, ex-Comandante do Exército Brasileiro, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no dia 05/07/2017. Segundo ele,

[...] ao mesmo tempo em que temos que ser um Exército com aquelas características às quais me referi, um Exército moderno, com

capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade (Brasil 2017, 23).

Mais uma vez transparece, nas declarações acima, o sentimento de incompletude da efetividade estatal — de que se falou anteriormente — e a preocupação central dos militares com a presença e o controle territorial. Tal sentimento constitui ser um traço marcante da cultura militar dos países aqui considerados.

VIZINHANÇA E COOPERAÇÃO MILITAR

Nas seções anteriores discutimos o quanto a geografia e a ampliação dos fluxos internacionais na área fronteiriça entre o Brasil e a Colômbia têm gerado oportunidades de aproximação entre os dois exércitos nacionais pela percepção de compartilhamos de problemas comuns. Buscaremos nesta seção analisar de que forma esse sentimento de vizinhança tem contribuído para o avanço da cooperação transfronteiriça entre os militares de ambos os países.

Territorialidades compartilhadas e construção da identidade de vizinhança

Do ponto de vista militar, Brasil e Colômbia sempre tiveram boas relações. Não há qualquer litígio de fronteira entre os dois países, que foram definidas por meio de tratado no início do século passado. Durante muito tempo, o “afastamento geográfico” provocado pela imensidão dos espaços “despovoados” contribuiu para a percepção mútua de que ambos os países estavam “de costas” um para o outro. Só mais recentemente, com a ampliação do fluxo nos rios — que penetram o território brasileiro e funcionam como rotas quase exclusivas para o comércio entre ambos os países, é que houve sinais de aproximação. Do ponto de vista militar, a aproximação se deve a preocupações compartilhadas relacionadas com a presença de grupos armados ilegais próximos à fronteira entre os dois países. O planejamento conjunto da “Operação Traíra”, em represália ao ataque de grupo armado colombiano ao destacamento militar do Exército Brasileiro, em 1991, como visto anteriormente, teria sido um marco na aproximação dos militares dos dois países (Franchi 2013, 106). Eventos como esse contribuíram para despertar entre os militares de ambos os países a percepção compartilhada de que o controle territorial na *frontier* estava ameaçado por “inimigos comuns”.

Desde então, os militares de ambos os países se percebem mutuamente como agentes estatais na difícil tarefa de gestão territorial em meio ao ris-

co do surgimento de “territorialidades paralelas” presente naquele espaço fronteiriço. O conjunto de práticas realizadas com o objetivo de garantir o controle territorial pelo Estado na faixa de fronteira constitui, como veremos mais à frente, um processo dinâmico, socialmente compartilhado pelos militares de ambos os países.

Diferentemente do que sugere a literatura clássica de Relações Internacionais, a presença de militares na fronteira tende a ser vista não como uma ameaça (ainda que, em se falando de Estados soberanos, o estoque de desconfiança será sempre uma realidade), mas sim como um fator de segurança, na medida em que os vizinhos compartilham problemas e percepções de ameaças comuns (ilícitos transnacionais).

Nesse sentido, parece apropriado a noção de *vizinhança*, constituída de forma intersubjetiva na interação fronteiriça com o “outro” e manifestada “na continuidade do adensamento político-diplomático via celebração de acordos; na realização de visitas oficiais; na atribuição de relevância mútua; na identificação de oportunidades e possibilidades de parcerias locais” (Galvão 2017, 120–1).

A presença militar em ambos os países nesses espaços fronteiriços compartilhados certamente tem impactado a percepção mútua desses dois exércitos nacionais. Trata-se, como diria Claude Raffestin (1992), uma territorialidade tecida por relações multidimensionais, nas quais seus agentes, como parte constituinte do processo territorial, modificam seus espaços e, sem se darem conta disso, também se automodificam.

O estabelecimento de canais de diálogo entre os militares dos dois lados da fronteira se constituem elemento fundamental para a construção de um sentimento de vizinhança, e se manifesta através das inúmeras as iniciativas de acordos firmados, como: realização de conferências bilaterais, exercícios combinados (bilaterais ou multilaterais), intercâmbios entre estabelecimentos de ensino etc, e que constitui o canal de comunicação pelo qual os militares de ambos os países compartilham visões e ações.

A cooperação militar entre os Exércitos do Brasil e da Colômbia

A cooperação militar entre ambos os exércitos se desenvolve em diferentes níveis, desde as reuniões bilaterais de Estado-Maior até os contatos mais informais realizado entre destacamentos militares em área de fronteira. Destacaremos, a seguir, os principais canais de diplomacia entre os militares dos dois países, com destaque para as Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), as Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar Brasil (RRIM), os intercâmbios e exercícios combinados, além de atividades informais.⁶

As Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) são reuniões de entendimento entre os dois exércitos realizadas a cada dois anos, alternando-se o país-sede, tendo a primeira ocorrida em maio 2002, em Brasília. Essas reuniões têm como objetivo a troca de experiências e conhecimentos para o estudo e planejamento de Estado-Maior, nas diferentes áreas de interesse, tais como: Pessoal, Inteligência, Operações, Doutrina etc. No que diz respeito à cooperação militar na fronteira, observa-se um número crescente de entendimentos nos últimos anos, envolvendo desde o intercâmbio de informação entre órgão de inteligência até a realização de operações simultâneas na área de fronteira comum, destinadas a combater ameaças transnacionais.

As Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar Brasil-Colômbia (RRIM), ocorrem anualmente, alternando-se o país-sede, no nível operacional das brigadas. Nessas reuniões são assinados entendimentos, tais como: a realização de reuniões de inteligência, operações e experiências logísticas; realização de patrulhamento simultâneo e vigilância na faixa de fronteira entre os dois países etc.

Por fim, devem-se ressaltar os inúmeros acordos informais que envolvem empréstimo de material de navegação, de local para exercício de tiro etc. Uma das iniciativas mais interessantes é a solenidade de hasteamento tripartite dos pavilhões nacionais do Brasil, Colômbia e Peru (Formatura Tripartite), realizado mensalmente, de forma alternada entre Brasil e Colômbia, da qual participam militares dos três países. O principal benefício dessa atividade é a possibilidade de encontro e troca de ideias e informações que ela proporciona, aproveitando-se da presença das diferentes agências de defesa e segurança presente.

Ressaltaremos, por fim, o papel de importância que os destacamentos militares em linha de fronteira têm para a construção dessa identidade de vizinhança. Para além das unidades presentes nas cidades-gêmeas Tabatinga e Letícia, existem diversos destacamentos de ambos os países situados na linha de fronteira, conforme se observa na figura abaixo.



Figura 2 – Unidades militares (Exército) na faixa de fronteira Brasil-Colômbia.⁷
 Fonte: elaborado pelo autor.

No lado brasileiro, esses destacamentos são denominados Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Esses pelotões são pequenas frações, com no máximo 80 militares, que, dispostos ao longo (ou próximo) da linha de fronteira, constituem a primeira linha de defesa e vigilância do País. Como herança do *modus operandi* português, e alinhada a estratégia da presença, essas unidades militares possuem uma missão dual: vigilância e vivificação das fronteiras, conjugando políticas militares e de desenvolvimento local. Estrategicamente, nesse sentido, essas unidades foram instaladas próximas a comunidades indígenas isoladas, com quem estabeleceram boas relações sociais (Miranda 2012, 119). Assim, sob o lema “Vida, Combate e Trabalho”, realizam atividades militares, como adestramento, vigilância de pontos e reconhecimento de áreas, além de inúmeras tarefas específicas nas faixas de fronteira, tais como: apoio a órgãos públicos, assistência de saúde às populações nativas, dentre outras. Em consonância ao lema dos pelotões, os militares que lá vão servir são incentivados a levarem suas famílias, permanecendo lá por até dois anos.

A estrutura dos destacamentos colombianos em linha de fronteira difere dos PEF. Se no Brasil o lema dos destacamentos envolve “vida e trabalho”, nas Bases Militares, como são chamadas na Colômbia, a vocação é exclusivamente de combate. São instalações precárias, compostas por alojamentos, enfermaria, uma pista de pouso envoltas por trincheiras, tocas e espaldões. Essas bases são heranças do histórico de confronto histórico com grupos revolucionários na região, especialmente as Forças Revolucionárias Colombianas (FARC). Lá os militares permanecem em sistema de rodízio por cerca de seis meses.

A cooperação entre esses destacamentos é intensa, envolvendo: realização de reuniões de coordenação, empréstimos de material de navegação, além do estabelecimento de canais constantes de comunicação entre os comandantes de PEF/Base Militar, geralmente capitães e tenentes, inclusive por meio de *aplicativos de redes sociais*. As informações dizem respeito especialmente a indícios de passagem de carregamento de contrabando e de passageiros suspeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, no presente artigo, analisar os desafios militares e as oportunidades de cooperação em áreas fronteiriças tendo como estudo de caso a fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Nele, defendemos a hipótese de que o compartilhamento de ameaças em áreas fronteiriças, por sua natureza, tem contribuído para o estabelecimento de um considerável canal de cooperação e de confiança mútua entre militares dos dois países.

A percepção mútua do compartilhamento de ameaças comuns relacionadas à noção de *frontier*, ao risco de fragmentação territorial e ao risco de surgimento de poderes paralelos que ameaçam a soberania doméstica, contribui para gerar entre militares de ambos os lados da fronteira um elemento de identidade baseado no sentimento de vizinhança. Sob tal percepção, a presença militar do país vizinho não é vista como ameaça — o que sugeriria uma análise clássica de Relações Internacionais, mas como fator de segurança.

Nesse sentido, a percepção compartilhada da condição de *national state building* contribui para a percepção mútua de presença militar naquela região fronteiriça vai muito além do sentido clássico de *border*, demandando dos militares uma noção ampliada de Defesa na qual a presença e a colaboração com o desenvolvimento nacional constitui elemento fundamental.

As peculiaridades descritas anteriormente sugerem, para o estudo de questões de segurança e defesa nessa região, a adoção de outras perspectivas teóricas que levem em consideração o fato de que, ainda que o conflito

interestatal não tenha sido eliminado nos cálculos dos Estados-Maiores, as ameaças mais iminentes nesses países não têm origem em conflitos militares, mas na incapacidade dos Estados de exercerem o pleno controle de seus territórios e de adotarem políticas públicas eficientes no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Em relação ao caso estudado, constata-se a possibilidade de ampliação da cooperação militar entre os dois países, especialmente em relação a elementos de controle territorial numa perspectiva de *frontier*. Nesse sentido, o compartilhamento de informações e atividades relacionadas à vigilância e ao monitoramento de fronteiras, no bojo do processo de transformação militar vivenciado por ambos os exércitos, pode se constituir numa excelente oportunidade de cooperação transfronteiriça.

REFERÊNCIAS

Ayoob, Mohamed. 1995. *The Third World Security Predicament: State-making, Regional Conflict, and the International System*. London: Lynne Rienner.

Brasil. 2005. *Política de Defesa Nacional*. Decreto nº 5484, de 30 de junho de 2005.

Brasil. 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

Brasil. Exército Brasileiro. 2007. *Manual de Campanha C 124-1: Estratégia*. Brasília: EGGCF. 2004.

Brasil. Exército Brasileiro. 2010. *O Processo de Transformação do Exército*. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército.

Brasil. Exército Brasileiro. 2015. “Estratégia da Presença: antigos conceitos, novas ideias”. *Informativo Estratégico N° 01/15*. Brasília, Centro de Estudos Estratégicos do Exército.

Colômbia. 2015. *Política de Defensa y Seguridad 2015 -2018: “Todos por un nuevo país”*. Bogotá: Ministério da Defesa.

Colômbia. Ejército Nacional. Comando de Transformación Ejército del Futuro. 2017. *Visión de la Fuerza Multimisión región Amazonia y Orinoquia*. Bogotá.

Colômbia. Ejército Nacional. 2017b. *Ruta de la Transformación*.

Costa, Sérgio Correa da. 1942. *A diplomacia brasileira na questão Leticia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Diniz, E. 1994. “Projeto Calha Norte: antecedentes políticos”. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo.

Franchi, Tássio. 2013. “Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso brasileiro sobre a Amazônia no século XX”. Tese (Doutorado) — UnB.

Galvão, Thiago Gehre. 2017. “Por uma vizinhança amazônica em segurança e defesa”. In *Pensando Defesa e Integração nas Fronteiras*. Marco A. Guedes de Oliveira, and Graciela De Conti Pagliari. Recife: Editora da UFPE: 97–125.

Krasner, S. D. 1999. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press.

Medeiros Filho, Oscar. 2020. “Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas”. *Coleção Meira Mattos: Revista das Ciências Militares* 14, no. 49: 77–97.

Meira Mattos, Carlos de Meira. 2011. “Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil”. *Geopolítica (Volume III)*. Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército.

Meira Mattos, Carlos de. 2011b. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Geopolítica (Volume II)*. Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército.

Miranda, Wando Dias. 2012. “Defesa e Exército na Amazônia brasileira: um estudo sobre a constituição dos Pelotões Especiais de Fronteira”. Dissertação — Mestrado, UFPA.

Moreno, Luis A. Martín. 2017. *El Control Territorial en el siglo XXI: Fundamentos Teóricos*. Bogotá: Departamento Ejército.

O'Donnell, Guillermo. 1993. “Estado, democratización y ciudadanía”. *Nueva Sociedad* 128: 62–87. Buenos Aires.

Radseck, Michael. 2017. “Las relaciones colombo-brasileñas de defensa: panorama actual”. In “Estado y Perspectiva de las relaciones colombo-brasileñas”, edited by Daniel Flandes et al. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: 57–92.

Raffestin, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

Ramirez, Jorge G., and Gustavo Duncan. 2014. “Criminales y rebeldes. Las hibridaciones del crimen organizado en el caso colombiano”. In *Estado y crimen organizado en América Latina*, edited by: Daniel Míguez et al. Buenos Aires: Editorial Araucaria.

Rosero, Luis Fernando Trejos. 2015. “El lado colombiano de la frontera colombo-brasilera. Una aproximación desde la categoría de área sin ley. Estudios Fronterizos” *Nueva Época* 16, no. 31: 39–64.

Rosero, Luis F. T., and David J. Luquetta Cediel. 2014. “Una aproximación a la ilegalidad, el crimen organizado y ausencia estatal en la frontera colombo-venezolana. El caso del departamento de La Guajira en Colombia”. *Memorias* 24: 125–48.

Rueda, Luis Alberto Aparicio. 2017. “Evolución de las teorías sobre Control Territorial en el mundo y en Colombia: Un estado del arte”. In *El Control Territorial en el siglo XXI: Fundamentos Teóricos*, edited by L. A. M. Moreno. Bogotá: Departamento Ejército.

Villa, Rafael A. D., and Oscar Medeiros Filho. 2007. “Agências de Segurança e Defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança”. Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais) (jul.).

COOPERAÇÃO MILITAR E FRONTEIRAS NA AMAZÔNIA: O CASO DO BRASIL E DA COLÔMBIA

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar os desafios militares e as oportunidades de cooperação em áreas fronteiriças, tendo como estudo de caso a fronteira entre o Brasil e a Colômbia. A hipótese defendida é a de que, diante do desafio do exercício pleno da soberania territorial e de demandas por gestão compartilhada desses territórios fronteiriços, tem-se constituído em um considerável canal de cooperação e de confiança mútua entre militares dos dois países. Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções. A primeira é uma breve introdução sobre o tema. A segunda analisa as peculiaridades relacionadas à fronteira entre Brasil e Colômbia e suas implicações para as questões de defesa e segurança. A terceira seção discute as dinâmicas territoriais e os desafios militares naquela fronteira. A quarta seção discute elementos da cooperação entre os dois países na área de fronteira com destaque para os conceitos de vizinhança e cooperação militar. Por fim, são apresentadas breves considerações finais.

Palavras-chave: Fronteira; Amazônia; Cooperação; Vizinhança.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the military challenges and opportunities for cooperation in the borderland between Brazil and Colombia. Our hypothesis is that, in the face of the shared territorial control challenges, there have been constituted a considerable channel of cooperation and mutual trust between the military of both countries. The article is divided into four sections. The first section is a brief introduction. The second analyzes the peculiarities related to the border between Brazil and Colombia and its implications for defense and security issues. The third section discusses the territorial dynamics and military challenges on that region. The fourth section discusses elements of cooperation between the two countries in the border area, highlighting the concepts of neighborhood and military cooperation. Finally, brief final considerations are presented.

Keywords: Bounder; Amazon; Cooperation; Neighborhood.

NOTAS DE FIM

1. O'Donnell propõe uma tipologia de cores para caracterizar os diferentes graus de presença do Estado no aspecto funcional (burocracias eficazes) e territorial (existência de uma legalidade efetiva). De acordo com a sua tipologia — e esse é o ponto que nos interessa, as “áreas marrons” corresponderiam a porções territoriais vulneráveis, carentes da presença do Estado que, em virtude da ineficácia da aplicação da lei, acabam sendo dominadas por poderes locais que, muitas vezes, apropriam-se dos próprios aparatos estatais em benefício próprio.
2. Stephen Krasner sugere a coexistência de quatro tipos de soberanias. Além das Westfaliana e Doméstica, ele propõe a “Soberania de Interdependência”, que se refere a capacidade do Estado de controlar os diversos fluxos internacionais que cruzam seus limites territoriais; e a “Soberania internacional legal”, que se refere ao reconhecimento internacional de sua independência jurídica formal.
3. A política de criação de novas colônias militares permanece na República e se estendeu até 1967, ano em que foi recriada a Colônia Militar de Tabatinga (essa colônia havia sido criada em 1869, sem que haja registro histórico de sua extinção), tendo o município se emancipado em 1984, quando a colônia foi oficialmente extinta.
4. Esse conflito armado, ocorrido na tríplice-fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, teve como causa divergências quanto à posse da região de Letícia (quadrilátero amazônico) e se estendeu entre setembro de 1932 e maio 1933.
5. O episódio do rio Traíra foi descrito pelo Coronel Álvaro de Souza Pinheiro no artigo intitulado “Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro”, publicado em 1995 na edição de 1º semestre da revista *Military Review* (versão em português, p. 14–30). Em 2005 o texto foi publicado pelo site DefesaNet. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/5195/toa-guerrilha-na-amazonia-a-experiencia-do-rio-traira-parte-3/>. Acesso em: 26 maio 2023. A seguir, trecho dessa descrição: “12:00 horas de uma terça-feira, dia 26 de fevereiro de 1991. Cerca de 40 elementos que se declararam guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Comunistas (FARC) — Comando Simón Bolívar — Fação Força e Paz, realizam uma incursão em território nacional e atacam um Destacamento do Exército Brasileiro estacionado em instalações semi-permanentes, às margens do rio Traíra, fronteira entre o Brasil e a Colômbia. [...] Em decorrência da ação, da guarnição de 17 homens, resultaram três soldados mortos e nove feridos. Morreram também dois garimpeiros clandestinos colombianos que estavam detidos no posto aguardando evacuação para Vila Bittencourt/AM. Na finalização da operação, os guerrilheiros colombianos apropriaram-se de estações rádio, munição, uniformes e todo o armamento do posto, conduzindo todo o material para o seu território. Aparentemente, não sofreram baixas”. [...] A ação de 26

Fev 91 das FARC no rio Traíra desencadeou o planejamento e a execução de uma operação conjunta efetuada pelas Forças Armadas Brasileiras e Colombianas, denominada “Operação Traíra”. Esta Operação foi a principal consequência da Reunião Extraordinária Regional Bilateral Brasil/Colômbia [...] Esta Reunião estabeleceu vários Acordos Conjuntos e algumas Recomendações que, basicamente, definiram que as respectivas forças se comprometiam a operar em seu respectivo território, com o objetivo de manter a ordem e a tranquilidade na região fronteira. Ficou também estabelecido que as ações a realizar seriam coordenadas de forma plena, em todos os níveis de planejamento, inclusive com o intercâmbio imediato e contínuo de informações relacionadas com a subversão, o terrorismo e o narcotráfico, visando a neutralização de qualquer ameaça que se apresentasse no respectivo território. Foi também recomendado que os Exércitos do Brasil e da Colômbia promovessem gestões junto aos seus respectivos governos no sentido de incrementar na área a presença de organismos do Estado, orientados para a execução de atividades de desenvolvimento comunitário”.

Segundo o autor, “a ‘Operação Traíra’ resultou na eliminação de doze guerrilheiros integrantes do comando das FARC que atacou o Destacamento Traíra, bem como pela prisão de inúmeros elementos de sua rede de apoio, e pela recuperação de boa parte do material capturado quando da solerte ação terrorista”.

6. Além dessas atividades, que envolvem exclusivamente militares de ambos os exércitos, existem também as reuniões realizadas no nível dos Ministérios da Defesa ou Interministerial, como são as Reuniões Bilaterais Fronteiriças (Combifron) e as Reuniões de Conversações entre os Estados-Maiores de Defesa do Brasil e da Colômbia (RCBC).
7. Na faixa de fronteira Brasil-Colômbia, atuam as seguintes unidades de Exército: a) no lado brasileiro: 8º Batalhão de Infantaria de Selva (Comando de Fronteira Solimões), em Tabatinga, subordinado à 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Tefé), com dois pelotões destacados: Ipiranga e Vila Bittencourt; 5º Batalhão de Infantaria de Selva (Comando de Fronteira Rio Negro), subordinado à 2ª Brigada de Infantaria de Selva (São Gabriel da Cachoeira), com seis pelotões destacados: Pari Cachoeira, Yauaretê, Quararí, São Joaquim, Tunuí e Cucuí; b) no lado colombiano 26ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Letícia, que conta com 3 unidades: Batalhão de Infantaria de Selva Nº 50, Batalhão de Instrução e Treinamento Nº 26 e Batalhão de Apoio de Serviço para o Combate (ASPC).